

Reinventar a cidade pelas práticas cotidianas femininas

Yara C. Neves e Mônica C. H. L. Olender

Yara C. NEVES é Mestre em Arquitetura e Urbanismo no PP-GAU-UFBA; Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional no IPPUR-UFRJ; yara.neves@arquiteutra.ufjf.br

Mônica C. H. L. OLENDER é Doutora em Arquitetura e Urbanismo no PPGAU-UFBA; Professora na FAU-UFJF; monica.olender@ufjf.br

Resumo

Em um contexto urbano que ainda é baseado nas necessidades do homem, branco, cis, da classe média e que possui seu veículo próprio, as mulheres periféricas enfrentam dificuldades cotidianamente que impactam nas suas vidas e no seu direito à cidade. Utilizando como base três exemplos empíricos, o presente artigo debate como os corpos femininos acabam por reinventar práticas urbanas que podem apontar para uma produção urbana reinventiva e, possivelmente, mais democrática.

Palavras-chave: gênero, cidade, práticas cotidianas, corpo feminino.

Abstract

In an urban context that is still based on the needs of white, cis, middle-class men who have their own vehicle, peripheral women face difficulties on a daily basis that impact their lives and their right to the city. Using three empirical examples as a basis, this article debates how female bodies culminate reinventing urban practices that can point to a reinventive and possibly more democratic urban production.

Keywords: gender, city, everyday practices, female body.

Resumen

En un contexto urbano que aún se basa en las necesidades de hombres blancos, cis, de clase media y que cuentan con vehículo propio, las mujeres periféricas enfrentan cotidianamente dificultades que impactan sus vidas y su derecho a la ciudad. Tomando como base tres ejemplos empíricos, este artículo debate cómo los cuerpos femeninos terminan reinventando prácticas urbanas que pueden apuntar a una producción urbana reinventada y, posiblemente, más democrática.

Palabras-clave: género, ciudad, prácticas cotidianas, cuerpo femenino.

Introdução

Em seu livro, "Cidade Feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens", a pesquisadora Leslie Kern fala sobre suas experiências no meio urbano sob diversos aspectos e em diferentes momentos de sua vida. Ela aponta que, ainda na juventude, percebeu que suas vivências e a forma como se colocava na cidade eram diferentes das de seu irmão, mesmo que ambos tenham sido criados em um mesmo lar, por preceitos semelhantes. Leslie não está

sozinha nesta percepção, inúmeras mulheres com quem convivemos já levantaram questões sobre as formas de uso da cidade e suas diferenças quanto ao corpo masculino, o que nos leva a questionar porquê isso acontece.

Nossas cidades são um reflexo das formas de organização da nossa sociedade, ou seja, elas tem como base as necessidades de uma sociedade patriarcal e capitalista e seguem uma lógica funcionalista e racionalista que acentua a dominação masculina sobre o território. (BONDI, 1992 *apud* SILVA, 2007). Entretanto, mesmo com espaços que não privilegiam o uso e ocupação pelo corpo feminino, estes seguem ocupando e utilizando a cidade diariamente e de uma maneira muito mais complexa que os homens, uma vez que a mulher ainda é a principal responsável pela cadeia do cuidado nas estruturas familiares atuais.

Assim, a partir desta perspectiva aqui traçada, o presente artigo discute a complexidade das dinâmicas de usos das cidades pelas mulheres, principalmente as periféricas, e como a cadeia do cuidado impacta nessa dinâmica e na ideia de direito à cidade pelo corpo feminino.

A mulher periférica e a vivência da cidade

Certa vez, dentro de uma sala aula do 1º período do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora, debatíamos sobre as sensações de diferentes corpos na cidade com intuito de provocar reflexões, naqueles tão jovens alunos, de como o espaço que projetamos afeta as pessoas de maneiras diversas. A certo ponto da aula, mostramos imagens que contrapunham espaços urbanos bem iluminados e altamente ocupados pela população com espaços ermos, escuros e sem infraestrutura. Com as imagens projetadas para todos, pedimos que os alunos relatassem sobre as sensações e perguntamos quem sentia insegurança/medo em quais espaços.

Não nos surpreendeu que as meninas levantassem suas mãos para descrever o pavor de pensar em transitar em ruas desertas e escuras, enquanto os rapazes escutavam os relatos surpresos, dizendo que nunca nem haviam pensado sobre o assunto.

Essa situação real, ilustra com clareza como as mulheres, desde muito novas, sabem bem onde devem ou não circular nas cidades, já os homens, nem imaginam que este problema existe. Betânia Alfonsin (2006,

p254) pontua que as cidades são experienciadas de maneira bastante diversa pelos seus habitantes. De acordo com a autora, a questão da classe social foi um ponto de discussão importante nos últimos anos para se debater a atuação falha do planejamento urbano, desconstruindo o mito da sua neutralidade e reafirmando as raízes dos problemas da segregação socioespacial. Todavia, a classe social não deve ser o único marcador a ser levado em conta quando falamos de problemas urbanos:

a cidade não se configura como um espaço neutro, mas como elemento de ordenamento das experiências urbanas a partir da lógica de dominação masculina e das desigualdades estruturantes do sistema, sejam de gênero, raça ou classe social (LYRA, 2020). De acordo com essa perspectiva, as lógicas patriarcais atravessam o espaço urbano e criam dicotomias que servem de reforço para os papéis socialmente estereotipados quanto ao feminino e ao masculino (SILVA; DANTAS; DIMENSTEIN, 2020, p. 117)

Ligia Maria Casimiro (2017), aponta que as cidades têm uma relação muito clara com a exclusão do corpo feminino, uma vez que os espaços urbanos têm muito a ver com o uso que o corpo masculino faz deles. Dentro da lógica dos papéis masculinos e femininos compreendidos pela nossa sociedade, vemos que a grande responsável pela cadeia do cuidado ainda é a mulher, que acumula inúmeras funções. As diferentes áreas em que essas funções são executadas solicitam da cidade uma certa mobilidade e acessibilidade que vai envolver a segurança e a possibilidade de a mulher transitar para o trabalho, para acessar serviços públicos, privados, lazer e cultura (CASIMIRO, 2017). Entretanto, ao observarmos o cotidiano prático das nossas cidades, percebemos que elas não são receptivas a este movimento feminino, seja pela falta de segurança desses corpos nos espaços públicos, seja pela ausência de transporte que atenda a uma lógica integrada (abarcando quem faz trajetos com diversos destinos), seja pela ausência de espaços receptivos às crianças e acessíveis aos idosos (que, geralmente estão acompanhados de uma figura feminina), etc.

Como, então, podemos levantar a bandeira das discussões sobre direito à cidade, enquanto planejadores urbanos, sem levar em consideração as diversas camadas existentes? Sem pensar que a vivência da cidade não é uniforme? Debater o direito à cidade não permeia apenas o acesso a recursos urbanos como equipamentos e serviços urbanos, habitação ou mobilidade de uma maneira prática. Permeia, também, a compreensão da cidade como um bem comum, admitindo que as desigualdades e opressões são forças

determinantes na produção do espaço urbano e que, portanto, suas camadas complexas e diversas precisam ser consideradas neste debate.

Terezinha Gonzaga (2004, p.16) fala sobre como o direito a cidade, através das questões espaciais urbanas, se relaciona com renda e propriedade privada. Entretanto, logo após, ela traz ao debate uma questão muito importante, nos lembrando que, segundo um relatório de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, publicado em 1998, as mulheres seriam o seguimento mais empobrecido do planeta, isso ainda sendo "agravado pelo componente estrutural de cunho ideológico que permeia o preconceito contra as mulheres, impedindo-as de usufruir e apropriar-se do espaço construído, público e privado e até mesmo de seus próprios corpos." (GONZAGA, 2004, p. 16). Assim, como pontua Alfonsin (2006, p. 255), o cotidiano duro da parcela mais pobre da população urbana, é ainda mais duro e injusto com as mulheres pobres, pois são elas que vão sentir em seus corpos a precariedade do acesso a bens materiais e simbólicos produzidos pelas cidades e ofertados de maneira tão desigual.

O termo "feminização da pobreza", cunhado pela socióloga estadunidense Diane Pierce e apropriado por Novellino (2004), descreve uma noção de que, ao longo dos anos, as mulheres vem se tornando cada vez mais pobres do que os homens, este fenômeno estaria ligado diretamente à forma de participação da mulher no mercado de trabalho e como isto impacta a sua renda, uma vez que, segundo a autora, há uma grande quantidade de mulheres ocupando cargos temporários ou em tempo parcial; há uma discrepância salarial muito grande; há uma concentração grande de mulheres em ocupações que exigem menor qualificação e, portanto, pagam menos; também se concentram nos baixos níveis da economia informal. O fenômeno de empobrecimento das mulheres estaria associado ao aumento de famílias chefiadas por mulheres, por isso sua análise se dá a partir das "que são pobres porque são mulheres" (PIERCE, 1978, p.28 *apud* NOVELLINO, 2004, p. 03).

Para situar o debate na realidade brasileira, trazemos os dados de um boletim especial do dia 8 de março, publicado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) em 2023, que apresenta dados sobre a realidade social e econômica da mulher brasileira. Segundo o boletim, as organizações familiares tradicionais brasileiras sofreram uma substancial modificação ao longo dos últimos anos. Os

modelos familiares compostos por casais sem filhos, núcleos unipessoais e famílias monoparentais cresceu consideravelmente.

Neste contexto, os núcleos familiares chefiados por mulheres passaram a ser muito expressivos e a pesquisa aponta que a maioria dos domicílios brasileiros é chefiada por mulheres. Além disso, o boletim também aponta que a menor renda per capita está nestes domicílios e que se cruzamos a análise com a questão da raça/cor a situação da mulher se torna ainda mais grave. Outro ponto importante é que as mulheres também representam a maioria entre os desempregados.

Do total de pessoas fora da força de trabalho, 64,5% eram mulheres. Desse percentual, 5,7% delas estavam em situação de desalento, circunstância em que as pessoas querem trabalhar e estão disponíveis para o trabalho, mas não procuram colocação por acreditarem que não vão encontrar uma vaga ou ainda por não terem experiência ou serem muito jovens. Do total de desalentados, 55,5% eram mulheres. Do total de mulheres ocupadas, a proporção de subocupadas, ou seja, que trabalharam menos de 40 horas, mas gostariam de trabalhar mais, foi superior à dos homens: 7,8% delas estavam nessa condição, enquanto entre os homens, o percentual ficou em 5,1%. Quando se analisa essa informação por cor/raça, nota-se que, entre as negras, a situação é pior: o percentual de trabalhadoras negras subocupadas foi 9,3% maior do que o registrado entre as não negras, que ficou em 6,1%. (DIEESE, 2023, p.02)

Situar a realidade econômica da mulher brasileira é importante para situar o seu lugar na cidade. Segundo Lacerda, Guerreiro e Santoro (2021), apesar da estabilidade nos dados mais gerais do déficit habitacional, divulgados pela Fundação João Pinheiro (FJP) no período relativo entre 2016 e 2019, alguns indicadores muito relevantes se modificaram e apontaram para transformações muito importantes nas dinâmicas urbanas e habitacionais brasileiras. As autoras chamam atenção para uma “feminização do déficit habitacional”. A partir de uma análise feita por elas, no ano de 2019, 60% das pessoas que viviam em condições inadequadas de moradia eram mulheres. Para explicar este fenômeno as autoras levantam algumas hipóteses.

A primeira delas está relacionada à mudança do perfil familiar brasileiro, que aponta que menos da metade da população vive sob uma composição de lar heteronormativo completo – ou seja, formado por homem, mulher e filhos. Os modelos de família monoparentais com filhos cresceram sobremaneira nas últimas décadas e, dentro deste grupo, se sobressai muito mais a maternidade solo, do que a paternidade



solo. Além disso, as autoras também apontam que, como a expectativa de vida da mulher é maior que a dos homens, a mulher idosa e viúva acaba cedendo à necessidade de coabitar com algum parente que, geralmente, é uma mulher – visto que é a mulher a responsável pela cadeia do cuidado.

A falta de acesso à moradia é fator condicionante da manutenção da situação de pobreza do ser humano. Quando se pontua o acesso à moradia, se pressupõe toda uma estrutura mínima por trás que vai perpassar a questão da estabilidade arquitetônica da edificação em si, o acesso mínimo a estruturas e serviços, onde esta edificação se implementa, a segurança da posse, etc. O impacto da falta de acesso a este mínimo já vem sendo discutido por urbanistas, geógrafos, sociólogos, há muitas décadas e compõem intermináveis estudos neste campo do saber. Entretanto, o que se acrescenta agora à discussão é como o impacto é diferente (e pior, mais massacrante) para o corpo feminino e ainda pior para o corpo feminino preto.

Alfonsin (2006) vai pontuar que a qualidade da casa, o lugar da cidade em que se localiza, a possibilidade de se acessar serviços básicos como equipamentos de saúde, educação lazer, pavimentação adequada, água encanada, luz elétrica, saneamento básico, transporte coletivo, influencia na forma como as mulheres vivem as suas jornadas duplas (triplas, quádruplas...). Todas essas questões pontuadas impactam diretamente no grau de dificuldade para se realizar o trabalho reprodutivo, que consiste nas atividades que estão ligadas à reprodução da vida e que, por fundamentação capitalista, não é remunerado.

De acordo com Gonzaga (2004, p.188), a maneira como a cidade se estrutura, afeta diretamente no manejo do tempo desta mulher, posto que “o importante fator da definição dos locais de moradia, dos equipamentos, do trabalho é o que determina seus trajetos e se eles serão desgastantes ou gerarão contatos enriquecedores com a paisagem urbana”.

Aqui o debate esbarra em outro ponto importante na discussão, a mobilidade urbana. Segundo o Departamento Nacional de Transportes (DNIT), estima-se que apenas 35% das CNHs emitidas no Brasil, sejam para condutoras mulheres. Enquanto isso, por outro lado, pesquisas apontam que as mulheres utilizam mais transporte público que os homens. Um levantamento encomendado pela Confederação Nacional da Indústria¹, em 2015, indica que 28% das mulheres entrevistadas utilizavam o transporte coletivo, contra 19%

¹ Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-10/um-em-cada-quatro-brasileiros-usa-o-onibus-como-principal-meio-de-transporte>

² Disponível em <https://www.metro.sp.gov.br/pesquisa-od/>

dos homens. Em 2021, o metrô de São Paulo realizou a pesquisa Origem e Destino², também constatou que o maior usuário do transporte coletivo na cidade são as mulheres. Isso nos indica que, além de traçarem os caminhos mais complexos, as mulheres o fazem, em sua maioria, a pé ou com transporte coletivo público.

É sabido que, na maior parte das cidades brasileiras, o transporte coletivo público representa um grande problema urbano. Sistemas subdimensionados, passagens caras, veículos precários, são inúmeros os problemas que podemos listar e que atingem a população como um todo, mas novamente, ao pensarmos a partir da vivência feminina o problema ganha mais uma camada, que é a do assédio.

³ Disponível em <https://icidades-sustentaveis.org.br/wp-content/uploads/2022/07/EMBARGO-Pesquisa-Cids-Sustent%C3%A1veis-Desigualdades-2022.pdf>

Uma pesquisa³ sobre “desigualdades” realizada em 2022 pelo Instituto Cidades Sustentáveis, em parceria com o IPEC (Inteligência em Pesquisa e Consultoria), que ouviu 1.062 mulheres com idade acima de 16 anos de todas as regiões do país, divulgou que cerca de 47% das brasileiras já sofreram assédio em espaços públicos. Segundo essa pesquisa, os locais em que o assédio é mais frequente são a rua, os espaços públicos e transporte coletivo.

Com tantas questões permeando o uso da cidade pela mulher, nos colocamos a questionar, como esses corpos seguem ocupando os espaços urbanos e vivendo seus cotidianos?

Reinventando pela sobrevivência

Na luta pela sobrevivência cotidiana nas cidades e na busca por mitigar os problemas inúmeros que foram apenas pincelados neste artigo, vemos que, muitas vezes, as mulheres são as principais atuantes nas lutas urbanas que clamam por melhorias em suas comunidades. Segundo Neves e Alves (2020) as iniciativas femininas englobam desde ações pequenas como “hortas e cozinhas comunitárias, ações artísticas e educativas, acolhimento àqueles em situação de vulnerabilidade social,” até mesmo atuação na “linha de frente em processos conturbados de luta, envolvendo resistência às forças coercitivas e repressivas governamentais, nas quais não é raro o uso da força física, e até mesmo ocupando cargos políticos de poder.”

As autoras ressaltam que as mulheres têm ganhado um lugar de destaque na luta por moradia, por exemplo, e ilustram com o caso do processo de resistência as remoções das famílias da Vila Autódromo no Rio de Janeiro, para a construção da Vila Olímpica em função

dos jogos olímpicos de 2016. Monteiro et al. (2018) afirma que “o protagonismo feminino ficou evidente, uma vez que as principais lideranças das ações e integrantes da Associação de Moradores eram as mulheres da comunidade. As ações dessas mulheres vão desde a visibilização da luta e denúncia das arbitrariedades dos agentes da Prefeitura, até um trabalho de salvaguarda da história e documentos da construção comunitária do local.” (NEVES; ALVES, 2020).

Outro exemplo trazido no texto é o do protagonismo feminino no caso da 7ª Etapa, no Centro Histórico de Salvador. Mediante um processo de expulsão velada de moradores do Centro Histórico, que se arrastou por toda década de 1990 e início dos anos 2000, um grupo liderado por duas mulheres fundou a Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH) em 2003 e, junto ao Ministério Público conquistou o direito de algumas famílias permanecerem na área (NEVES, 2019).

Além das ações coletivas promovidas por lideranças femininas, também podemos observar empiricamente em nossas cidades, posturas individuais que apontam para a tentativa de mitigar os problemas aqui pontuados. Durante atuação de uma das autoras deste artigo em um projeto da ONU Habitat⁴, na cidade de Juiz de Fora, muitas destas posturas puderam ser observadas.

⁴ Projeto intitulado Territórios da Cidadania, locado na Secretaria de Planejamento do Território e Participação Popular - SEPPOP

O projeto promovido pela Organização das Nações Unidas em parceria com a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora visitou Zonas de Especial Interesse Social aplicando um instrumento de análise urbana chamado Mapa Rápido Participativo (MRP). A metodologia e resultados completos das análises de campo serão publicadas em um volume oficial que ainda está em fase de compilação e produção. Logo que possível, este volume será disponibilizado pela ONU-Habitat e Prefeitura de Juiz de Fora.

Muitas das localidades visitadas no âmbito deste projeto, surpreendiam pela extrema carência social, econômica e urbana. Entretanto, em diversas delas foi possível perceber ações de mulheres em seus cotidianos para driblar os obstáculos cotidianos das cidades.

Em um bairro da região sul, duas irmãs participaram da aplicação do instrumento de campo, que consistia em uma entrevista guiada por um questionário disponibilizado na metodologia do MRP. Neste momento, a equipe pôde observar a presença massiva de crianças na residência. Uma das entrevistadas relatou que elas

auxiliavam algumas vizinhas que trabalhavam fora “passando o olho” nas crianças enquanto as mães estavam ausentes. Ou seja, para que algumas mulheres pudessem realizar um trabalho remunerado fora de suas residências, outras mulheres criavam uma rede de apoio que oferecia um local seguro para que as trabalhadoras deixassem seus filhos, uma vez que, as creches públicas não são suficientes e as escolas não têm um turno integral.

Ainda na região sul, o grupo visitou um projeto social comunitário com enfoque em jovens e crianças, que oferecia atividades no contraturno e refeições diárias. Tal qual era de se esperar, a pessoa que liderava o projeto e se colocava à frente das atividades, doando boa parte de seu tempo, era uma mulher. Conhecida por muitas crianças e adolescentes do bairro, ela gerenciava o projeto com intuito de auxiliar famílias em situação de vulnerabilidade social criando um espaço seguro para acolher crianças no contraturno escolar.

Em outra localidade, já na região sudeste, uma mulher auxiliou a equipe no processo de aproximação com a comunidade e, em uma conversa com os pesquisadores, contou sobre sua rotina diária em que precisa levar o filho pequeno até uma creche municipal em um bairro distante. O marido é quem fica com o carro todos os dias e, por isso, todo trajeto da mulher com a criança precisa ser feito mesclando o transporte coletivo com o caminhar. Para driblar o cansaço da criança, a mãe carrega um velotrol até a escola para que a criança volte pedalando pelo trajeto que margeia o rio que corta a cidade. Essa experiência foi bastante ilustrativa para o problema da mobilidade urbana ineficiente na cidade, principalmente quando se precisa realizar um trajeto bairro – bairro. Em Juiz de Fora os ônibus urbanos, predominantemente, realizam o trajeto bairro – centro – bairro, e não há política nenhuma de integração, assim, quando é necessário ir de bairro a bairro, as pessoas andam longos trechos a pé até o centro ou pagam quatro passagens cheias.

Neste mesmo bairro, havia outra mulher que, por sua vida inteira, se dedicou a promover ações com as crianças e jovens do lugar, acolhendo-os em atividades ligadas ao esporte e educação como meio de ocupar o contraturno escolar. Ou seja, mais uma vez, a ação social parte de um corpo feminino em prol de oferecer um espaço seguro para as crianças, cujo as mães necessitam atuar no mercado de trabalho, ficam.

O apontamento desta experiência tão empírica pode até não se delimitar como uma amostragem significativa para pesquisa em ciências sociais, principalmente porque não segue um método previamente elaborado. Entretanto, não pode passar totalmente em branco à percepção de um pesquisador em campo, pois ilustra muito bem toda discussão aqui elaborada e ajuda a apontar para os possíveis desdobramentos da questão.

Considerações finais

Ainda no ano de 2024, após todas as ondas feministas invadirem fortemente os diversos campos das ciências sociais, percebemos que os debates que permeiam as questões de gênero e cidade estão atingindo uma superfície significativa apenas agora e as reverberações ainda estão dentro das paredes da academia, extrapolando muito pouco para soluções práticas incorporadas em nosso planejamento urbano.

A partir das reflexões teóricas e das observações empíricas aqui delineadas, consideramos de fundamental importância que, ao mesmo tempo em que direcionemos um grande esforço para o desenvolvimento teórico do campo, não descolemos isso do que já vem sendo praticado pelas próprias mulheres periféricas em seus cotidianos.

Quando olhamos os casos narrados aqui neste artigo, fica muito claro se compreender que ações já vem sendo praticadas pelas mulheres, tanto na esfera coletiva quanto individual, e que se atentar para as práticas cotidianas que já acontecem nos territórios pode apontar para soluções muito mais eficientes do que se pensarmos a questão de uma maneira hegemônica, a partir apenas de uma visão técnica, de um planejamento urbano que vem “de cima para baixo”, com soluções replicadas em territorialidades diferentes. A busca por mitigar os problemas e dificuldades de uma cidade sexista é uma ação que permeia o dia a dia dessas mulheres pelo simples fato de ser uma ação intrínseca à sua sobrevivência e de sua família.

Buscar potencializar o que já vem sendo praticado através de um planejamento urbano muito mais horizontal, do que impor medidas verticais, hegemônicas, replicáveis, pode ser o caminho para apontarmos na direção de cidades mais democráticas, cidades que se reinventam.

Referências

ALFONSIN, Betânia de Moraes. Cidade para todos/cidade para todas: vendo a cidade através do olhar das mulheres. In: FERNANDES, Edésio(Org.). Direito urbanístico: estudos brasileiros e internacionais. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2006.

CASIMIRO, Lígia M.S. M. de. As mulheres e o direito à cidade: um grande desafio no século XXI. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO – IBDU. Direito à cidade: uma visão por gênero. São Paulo: IBDU, 2017.

DIEESE. As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf>. Acesso em 24 de jan. de 2024.

GONZAGA, Terezinha de Oliveira. A cidade, e Arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero. Tese (doutorado em arquitetura e urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LACERDA, Larissa. GUERREIRO, Isadora. SANTORO, Paula Freire. Por que o déficit habitacional brasileiro é feminino. Labcidade. São Paulo, 22 de abr. de 2021. Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/por-que-o-deficit-habitacional-brasileiro-e-feminino/> Acesso em: 20 de janeiro de 2024

MONTEIRO, Poliana et al. O Protagonismo Feminino na Luta Contra as Remoções do Rio de Janeiro. In: TANAKA, G. et al. (org.). Viva a Vila Autódromo: O Plano Popular e a Luta Contra a Remoção. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

NEVES, Yara Coelho. Amarrar Fios, Cartografar Lugares: notícias, política e cotidiano no Pelourinho. 2019. 226 p. Dissertação. Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2019.

NEVES, Yara Coelho.; ALVES, Jéssica Rossone. Entre distopias e utopias conjunturais. In-disciplinar, v. 6, n. 2, p. 234–253, 31 dez. 2020.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004

SILVA, Aline P; et al. “Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de História de Vida. Mosaico: estudos em psicologia, Belo Horizonte, V. 1, N.1, p 25-35, 2007

SILVA, A. DE A.; DANTAS, C. M. B.; DIMENSTEIN, M. D. B. Mobilidade urbana e gênero: pistas sobre a cidade heterogênea. Revista Ártemis, v. 30, n. 1, p. 116–135, 22 dez. 2020.